



Informativo FJP

Indicadores Sociais

IMRS – Vulnerabilidade Social

Nº 06/2019

O Índice Mineiro de Responsabilidade Social (IMRS) é composto por subíndices distribuídos em seis dimensões: saúde, educação, vulnerabilidade social, segurança pública, meio ambiente/saneamento e cultura/esporte¹. Este informativo tem o objetivo de abordar o subíndice da dimensão vulnerabilidade social.

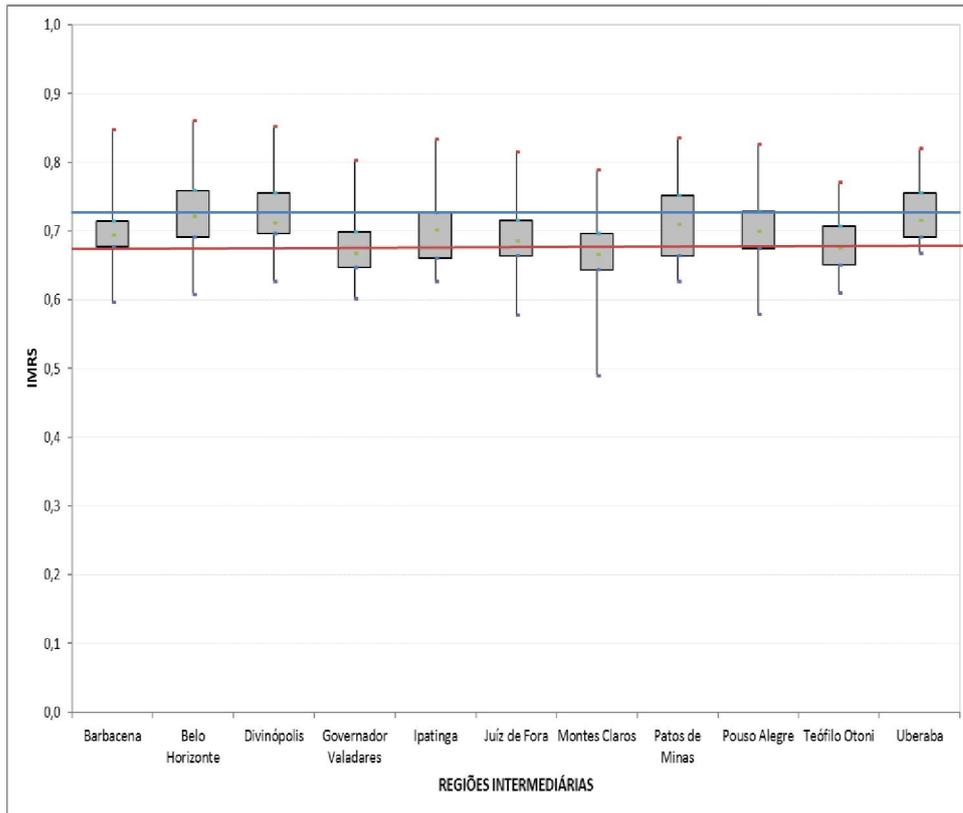
O conceito de vulnerabilidade social é amplo e se constrói a partir de concepções relacionadas com a fragilidade de condições às quais está sujeito o ser humano e de suas relações sociais e históricas (afetivas, culturais, étnico raciais, de gênero e econômicas, entre outras) tendo por pano de fundo a estrutura social e os direitos de cidadania. Dessa forma, o subíndice de vulnerabilidade social, que procura atribuir uma medida a um fenômeno tão amplo por meio de indicadores, torna-se restrito, principalmente devido à fragilidade de indicadores em nível municipal capazes de abarcar a amplitude do conceito. A referência básica para os indicadores são os registros do Cadastro Único (CADÚnico), instrumento de gestão do Ministério da Cidadania que reúne os registros dos operadores das políticas de proteção social em nível municipal, os quais permitem dimensionar as condições de vulnerabilidade e o acesso aos benefícios e programas sociais.

O IMRS-Vulnerabilidade Social é composto por nove indicadores: seis deles visam a retratar a situação de vulnerabilidade por meio da caracterização dos cadastrados no CADÚnico (*percentual da população no CADÚnico, percentual da população pobre e extremamente pobre, percentual de pessoas pertencentes às famílias beneficiárias do Bolsa Família, percentual de pessoas que não sabem ler nem escrever e percentual de pessoas com vulnerabilidade pelas condições de saneamento básico*); um indicador procura retratar a intensificação das condições de vulnerabilidade por meio da inserção no mercado de trabalho (*percentual de pessoas em idade produtiva sem ocupação*); três outros indicadores que buscam medir o esforço do município para gerir os instrumentos destinados a responder às iniquidades sociais inerentes ao território (*indicadores de desenvolvimento do Conselho Municipal de Assistência Social, do Centro de Referência da Assistência Social e do Centro de Referência Especializado em Assistência Social, todos normalizados*)².

¹ Para maior detalhamento consultar <http://imrs.fjp.mg.gov.br/Home/IMRS>.

² Consultar : http://imrs.fjp.mg.gov.br/Content/Files/4Dimens%c3%a3oAssist%c3%aanciaSocial_2018.pdf.

Figura 1: Distribuição dos municípios segundo a dimensão Vulnerabilidade Social do Índice de Responsabilidade Social por RGINT de Minas Gerais – 2016

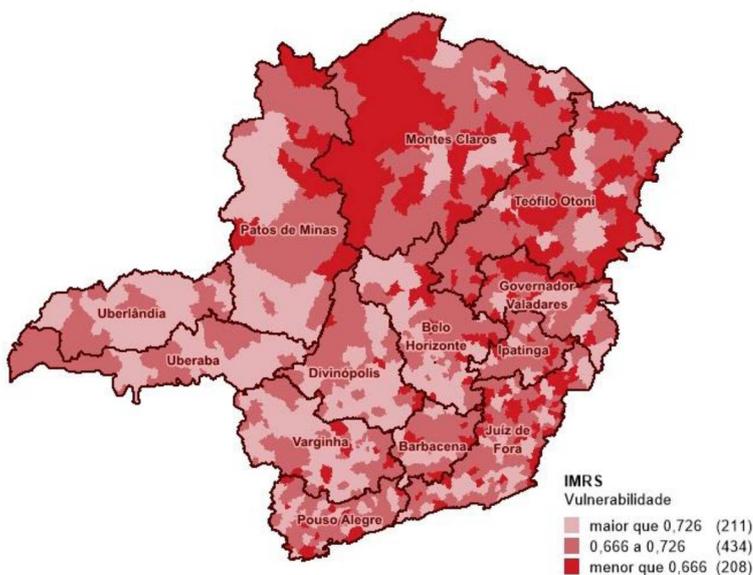


Fonte: IMRS-FJP; elaboração própria.

A figura 1 apresenta a distribuição dos municípios segundo o IMRS-Vulnerabilidade Social em suas respectivas Regiões Intermediárias (RGINT). Para efeito de comparação de posição nesse subíndice, a linha azul representa o valor de corte para os 25% dos municípios do estado que apresentam os melhores resultados (0,726); a linha vermelha, o valor de corte para os 25% dos municípios do estado que apresentam os piores índices na dimensão (0,666). As RGINT de Belo Horizonte, Divinópolis e Uberaba se destacam por apresentarem mais de 50% de seus municípios com valores acima 0,726, o corte para os melhores resultados no subíndice.

Por outro lado, as RGINT de Montes Claros, Governador Valadares e Teófilo Otoni são as que apresentam a maior proporção dos municípios abaixo da linha de corte para os piores resultados do Estado no IMRS-Vulnerabilidade Social (0,666). Montes Claros é também a região que apresenta a maior disparidade de situação entre os seus municípios.

Mapa 1: IMRS-Vulnerabilidade Social, 2016



Fonte: IMRS-FJP; elaboração própria.

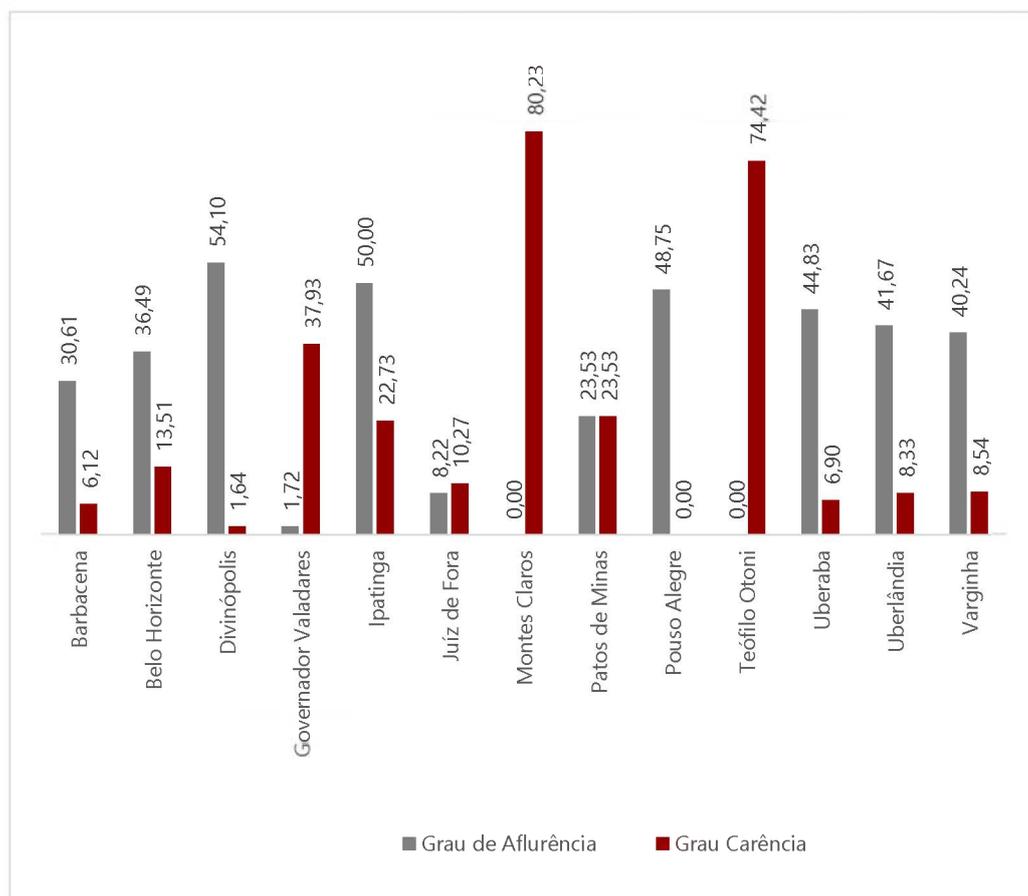
O mapa 1 ilustra a distribuição apresentada na figura 1 destacando a situação mais vulnerável em termos do IMRS – Vulnerabilidade dos municípios na porção norte do estado.

³ Inclui, portanto, a população extremamente pobre, cujo limite é definido por renda per capita mensal inferior a R\$77,00 (Decreto nº 8232/2014).

Para entender melhor esses resultados, devem ser considerados os indicadores que compõem o IMRS-Vulnerabilidade Social. Dos nove indicadores que compõem o subíndice, relacionados anteriormente, foram selecionados três (percentual da população pobre e extremamente pobre, percentual de pessoas em idade produtiva sem ocupação, índice de desenvolvimento do CRAS - normalizado) para detalhamento neste informativo, um relacionado com a caracterização da situação; outro, com o mercado de trabalho; outro, com a gestão. Para a formação do subíndice em 2016, visando a contornar as flutuações anuais próprias das estatísticas de registro, é calculada uma média de cada indicador selecionado para 2015, 2016 e 2017. A discussão tem como referência o resultado da média trienal de cada um deles.

O indicador escolhido para retratar a situação de vulnerabilidade procura dimensionar o tamanho da população nessa situação pelo indicador **percentual da população pobre e extremamente pobre**, que corresponde à razão entre a população pobre cadastrada no Cadastro Único (renda per capita abaixo de R\$154,00)³ e população total do município, multiplicado por 100.

Gráfico 1- Proporção de Municípios carentes e afluentes em relação à Percentual da população pobre (média trienal 2015-2017)

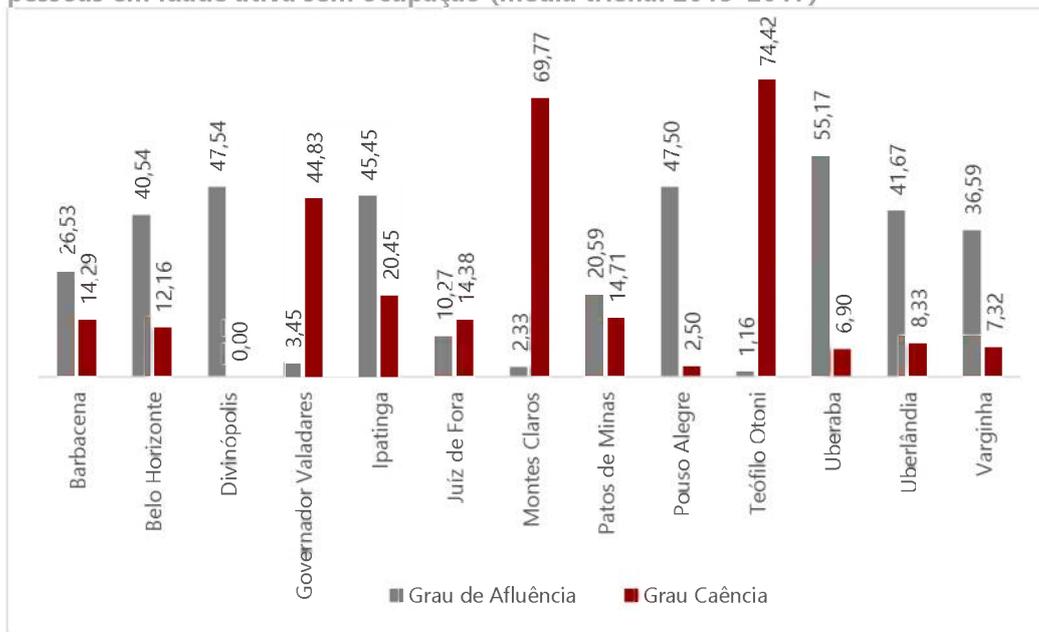


O gráfico 1 mostra o percentual de municípios de cada RGINT que são carentes (entre os 25% dos municípios do estado com os percentuais mais altos de pobres – acima de 5,3%) e o de municípios afluentes (entre os 25% dos municípios do estado com os percentuais mais baixos de pobres – abaixo de 2,3%). As RGINT de Montes Claros e Teófilo Otoni se destacam com a maior proporção de municípios carentes e não apresentam município algum na categoria de afluente. Pouso Alegre, por seu turno, é a região com a maior proporção de municípios afluentes e sem município na categoria de carente.

Fonte: IMRS-FJP; elaboração própria.

O indicador de vulnerabilidade de acesso ao mercado de trabalho é o **percentual de pessoas em idade produtiva sem ocupação**. Ele se refere à razão entre população em idade produtiva (18 a 64 anos) sem ocupação cadastrada no Cadastro Único e população total em idade produtiva (18 a 64 anos) do município, multiplicado por 100.

Gráfico 2- Proporção de Municípios carentes e afluentes em relação ao percentual de pessoas em idade ativa sem ocupação (média trienal 2015-2017)



Fonte: IMRS-FJP; elaboração própria.

O gráfico 2 mostra o percentual de municípios de cada RGINT que são carentes (estão entre os 25% dos municípios do estado com os percentuais mais altos de desocupados – acima de 26,6%) e o de municípios afluentes (estão entre os 25% dos municípios do estado com os percentuais mais baixos de desocupados – abaixo de 12,8%).

Novamente, são as RGINT de Montes Claros e Teófilo Otoni, seguidas da de Governador Valadares, as que apresentam as maiores proporções de municípios carentes. Divinópolis, seguida de Uberaba, Uberlândia e Belo Horizonte, são as RGINT em melhor situação. A RGINT de Divinópolis não apresenta município na categoria de carente.

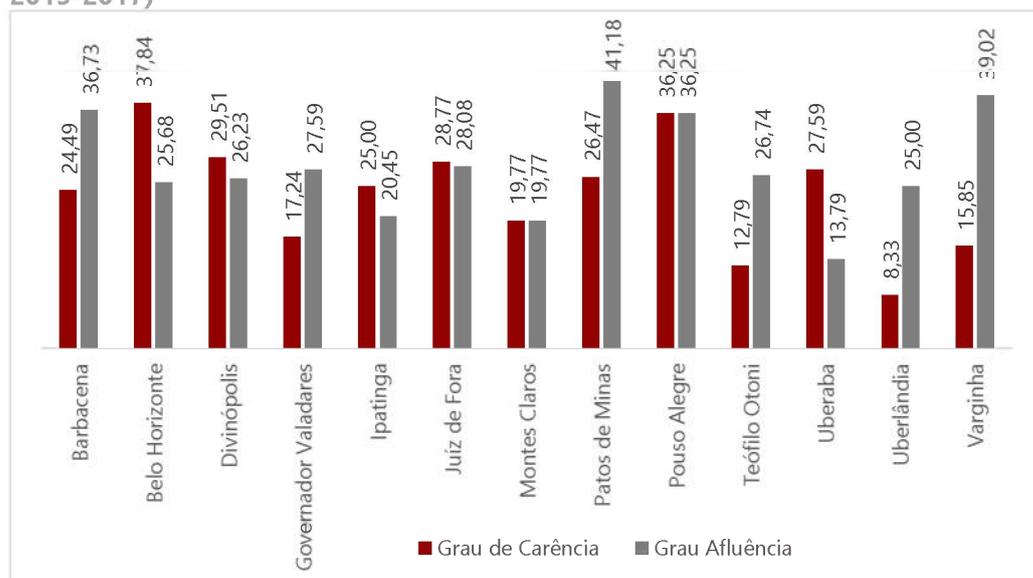
Para retratar a gestão do sistema de apoio à população em situação de vulnerabilidade, foi selecionado o indicador que qualifica o grau de desenvolvimento dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) no município, chamado de **índice de desenvolvimento do CRAS (normalizado)**. Para o cálculo desse índice, o Ministério leva em consideração a estrutura física, os recursos humanos e os serviços e benefícios prestados e atribui notas de 1 a 5 (a melhor), padronizadas para o IMRS-Vulnerabilidade para valores entre 0 e 1.

O gráfico 3 mostra o percentual de municípios de cada RGINT que são afluentes (se encontram entre os 25% dos municípios do estado com os melhores índices de desenvolvimento de CRAS – acima de 0,803) e o de municípios que são carentes (se encontram entre os 25% dos municípios do estado com os piores índices de CRAS – abaixo de 0,570). As RGINT que mais se destacam pela maior proporção de municípios afluentes são as de Patos de Minas, Varginha e Barbacena; as com maiores proporções de municípios carentes são Belo Horizonte, Divinópolis e Pouso Alegre.

Nota-se que, pela classificação de desenvolvimento de CRAS, as RGINT até então destacadas como as detentoras de maior proporção de municípios carentes em termos do percentual de população em situação de vulnerabilidade de renda e de emprego - Montes Claros, Governador Valadares e Teófilo Otoni - não estão entre aquelas com piores resultados em gestão. Já as RGINT de Belo Horizonte e de Pouso Alegre, melhor posicionadas nos indicadores de vulnerabilidade, destacam-se como as que apresentam a maior proporção de municípios com maior dificuldade de organização/gestão dos serviços assistenciais.

Uma hipótese aventada para entender isso é o fato de que carência e afluência estão sendo tratadas neste informe de forma relativa (percentuais de população em situação de carência). Se o foco fosse carência absoluta (volume de população em situação de carência), a situação de vulnerabilidade de renda e de trabalho de regiões densamente povoadas, como a de Belo Horizonte, inverter-se-ia. Um volume maior de pessoas vulneráveis implica maior demanda pelos serviços dos CRAS e maiores dificuldades de implantação inerentes às áreas de grande densidade populacional e desigualdades socioeconômicas (aglomerados), comprometendo a oferta e o acesso aos serviços. Esse fato já tem sido observado na área da saúde que trata de forma diferenciada os aglomerados urbanos com mais de 100 mil habitantes, criando programas especiais de atendimento para eles.

Gráfico 3- Proporção de Municípios carentes e afluentes em relação índice de Desenvolvimento dos Centros de Referência da Assistência Social (média trienal 2015-2017)



Fonte: IMRS-FJP; elaboração própria.

Enfim, ressalta-se a importância da questão e o fato de que a gestão local deve complementar a análise a partir de informações desagregadas para compreender melhor a relação entre desenvolvimento econômico, disponibilidade de emprego/renda e eficiência da alocação de recursos em políticas de proteção, bem como sua eficácia e efetividade nos cenários de condições amplificadas de vulnerabilidades e riscos sociais à população.

Expediente

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO

Presidente
Helger Marra Lopes
Vice-presidente
Monica Moreira Esteves Bernardi

DIRETORIA DE ESTATÍSTICA E INFORMAÇÕES

Eleonora Cruz Santos

Núcleo de Indicadores Sociais

Vera Scarpelli Castilho

Equipe Técnica

Maria Luíza de Aguiar Marques
Mônica Galupo Fonseca Costa
Priscilla Costa Pereira
Helena Teixeira M Soares (DPP)
Lucília Nunes de Assis (DPP)

Diagramação

Glauber Flaviano Silveira
Livia Cristina Rosa Cruz

Arte Gráfica

Bárbara Andrade

Informações para imprensa

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Telefone: (31) 3448-9580 / 3448-9588
E-mail: comunicacao@fjp.mg.gov.br
Alameda das Acácias, 70, bairro São Luiz, Pampulha.
CEP: 31275-150, Belo Horizonte, Minas Gerais

NÚCLEO DE INDICADORES SOCIAIS

vera.scarpelli@fjp.mg.gov.br

